

CENTRO UNIVERSITÁRIO ADVENTISTA DE SÃO PAULO

COLÉGIO UNASP

**CONSTRUINDO JUNTOS: A EDUCAÇÃO PARA UMA CONVIVÊNCIA
ÉTICA E A PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA**

ENGENHEIRO COELHO

2025

APRESENTAÇÃO

É com profunda alegria e senso de responsabilidade que apresentamos o Plano Antibullying do Colégio UNASP. Este documento representa o compromisso institucional de nossas três unidades — São Paulo, Hortolândia e Engenheiro Coelho — com a construção de um ambiente educacional onde o respeito mútuo, a empatia e o cuidado são pilares inabaláveis.

O plano que hoje compartilhamos não é apenas uma resposta à realidade de nossos tempos: ele é o resultado de um processo formativo e reflexivo robusto, que se estendeu por um período significativo e envolveu um diálogo franco e colaborativo entre as equipes gestoras das três unidades de educação básica do Colégio UNASP.

Cada etapa desse processo foi marcada pela troca de ideias, pela construção conjunta de soluções e pela busca de estratégias que promovam uma convivência saudável e harmoniosa.

Desde sua concepção, este plano foi pensado para ser inacabado por natureza e propósito. Ele é um documento dinâmico, que será revisitado e aprimorado continuamente. Esse esforço periódico garantirá que ele esteja sempre alinhado às demandas e desafios vividos pela comunidade escolar. Nossa visão é que o plano seja um instrumento vivo no qual são agregadas as contribuições de um número crescente de participantes: membros gestores de equipe, docentes, estudantes, famílias e demais colaboradores(as). Esse ciclo contínuo de escuta e engajamento coletivo não apenas fortalece as ações descritas no documento, mas também reforça o sentimento de pertencimento de cada membro da comunidade escolar.

Reconhecemos, ainda, que embora este seja um plano comum para as três unidades do Colégio UNASP, ele foi estruturado de forma a respeitar e valorizar a identidade única de cada unidade escolar. Assim, abre-se espaço para que cada comunidade desenvolva ações e iniciativas específicas, alinhadas às suas características e necessidades locais. Essa flexibilidade é essencial para garantir que as soluções propostas dialoguem diretamente com os desafios e as realidades de cada contexto escolar.

É importante ressaltar que nosso esforço vai muito além de atender às

exigências legais. No Colégio UNASP, o combate ao bullying e outras formas de violência que afetam a qualidade da convivência em escolas é parte integral de nossa missão maior: promover uma educação transformadora, fundamentada em valores cristãos, que prepara estudantes não apenas para serem cidadãos e cidadãs conscientes e ativos na sociedade, mas também para viverem os princípios do Reino de Deus. É nosso objetivo formar pessoas capazes de exercer sua cidadania com ética, solidariedade e amor ao próximo, tornando o mundo à sua volta um lugar melhor.

Que este plano seja um marco inicial, um guia e uma inspiração para todas as nossas ações futuras. Que ele nos lembre da importância de cultivar relações saudáveis, de enfrentar desafios com coragem e de construir, juntos, uma comunidade escolar em que crianças, adolescentes, jovens e adultos se sintam acolhidos, pertencentes, respeitados e valorizados.

Com gratidão e esperança,

Henrique K. Romaneli

Vice-Reitor da Educação Básica do UNASP

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DESTE DOCUMENTO

Coordenação: Profa. Dra. Darlene Ferraz Knoener - Docente do Programa de Mestrado em Educação Escolar do Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP).

Profa. Ana Paula Augusto de Araújo – Diretora Escolar EI e FI - UNASP/SP.

Profa. Ana Paula de Ávila Pereira Silva – Orientação Educacional/Depto de Educação UNASP.

Profa. Denise Paim de Araújo Faria – Coordenação Pedagógica e Orientação Educacional para alunos PAEE EI ao EM – UNASP/EC.

Profa. Edna Hengles Teles - Diretora Escolar FII e EM - UNASP/SP.

Prof. Eduardo Henrique Neto - Diretor Escolar FII e EM - UNASP/HT.

Profa. Elaine Cristina Araújo de Sousa Afonso – Vice-diretora Escolar EI ao EM - UNASP/EC.

Profa. Eleci Leme Silva - Diretora Escolar EI e FI - UNASP/HT.

Profa. Francisca Santos Silva Ruiz - Orientação Educacional FII – UNASP/HT.

Prof. Henrique K. Romaneli - Vice-Reitor da Educação Básica – UNASP.

Prof. José Roberto Sacomano Júnior - Diretor Escolar EI ao EM - UNASP/EC.

Profa. Juliane Cristine Campos de Faria – Secretária Técnica/Depto de Educação UNASP.

Profa. Karla Mação Wagemmacher Farias - Orientação Educacional EM – UNASP/SP.

Profa. Léia de Souza Luca dos Santos - Coordenação Pedagógica e Orientação Educacional para alunos PAEE EI e FI – UNASP/HT.

Profa. Maria Aparecida Mendes de Souza Simplício - Orientação Educacional FII e EM – UNASP/EC.

Profa. Marta Aparecida Costa de Santana - Coordenação Pedagógica e Orientação Educacional para alunos PAEE EI e FI – UNASP/SP.

SUMÁRIO

<i>Caracterização geral - “Sobre nós”</i>	6
<i>O porquê de nossa instituição ter um plano antibullying</i>	7
<i>Nosso posicionamento epistemológico sobre o bullying/cyberbullying</i>	10
<i>Considerações sobre as leis que tratam do bullying no contexto educacional</i>	13
<i>Posicionamento da instituição diante dos desafios da convivência no contexto escolar</i>	14
<i>Ações da instituição que visam a garantia de uma educação inclusiva</i>	19
<i>O papel da gestão escolar na estrutura do nosso plano antibullying</i>	22
<i>Ações de formação continuada de docentes e outros profissionais das unidades escolares: propostas para 2025</i>	24
<i>Protocolos de intervenção aos casos de bullying</i>	26
<i>Ações de promoção de uma convivência ética: outras propostas em andamento</i>	28
<i>Uma última palavra...</i>	34
<i>Referências</i>	36
<i>Apêndice</i>	40
<i>Etapas para Implementação do Grêmio Estudantil</i>	40

Caracterização geral - “Sobre nós”

A Educação Adventista deixa a sua marca em mais de 165 países, representada por quase 9 mil instituições que vão desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, atuando nas mais diversas frentes da jornada de desenvolvimento do ser humano. Seguindo esse propósito, são mais de 117 mil docentes comprometidos com a formação de, aproximadamente, 2.174.000 crianças, adolescentes e jovens ([Projeto Pedagógico, 2025](#)).

O Colégio Adventista UNASP, por sua vez, localizado nos campi de Engenheiro Coelho, Hortolândia e São Paulo, todos no estado de São Paulo, conta com mais de 400 docentes, comprometidos(as) com a formação de cerca de 8.200 estudantes de Educação Básica. Ele é mantido pelo Instituto Adventista de Ensino (IAE), uma das entidades que compõem a Rede de Colégios Adventistas no Estado de São Paulo.

Fundado em 1915 por John e Augusta Boehm, juntamente com seis estudantes, como Seminário Adventista na cidade de São Paulo, o IAE nasceu com o objetivo de formar missionários(as) e pastores adventistas. Esse foi o início de uma longa jornada de crescimento e desenvolvimento da Educação Adventista.

Com o tempo, percebeu-se a necessidade de expansão para o interior do estado. Assim, a Associação Paulista da Igreja Adventista do Sétimo Dia comprou um terreno de 142 hectares na região de Jacuba, antigo vilarejo reconhecido hoje como município de Hortolândia, instituindo então, em 1949, o Ginásio Adventista Campineiro (GAC), com 23 estudantes no primeiro ano. Em 1974, passou a se chamar Instituto Adventista São Paulo (IASP).

Em 1983, foi adquirida a fazenda Lagoa Bonita em Engenheiro Coelho, também no interior do estado, para a construção do novo campus do IAE. Em 1999, o IAE se tornou oficialmente o Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP).

Em 2018, o IASP uniu-se ao UNASP, que se tornou uma instituição tricampi, promovendo a Educação Adventista desde a Educação Básica até o Ensino Superior.

Ao longo dos anos, o UNASP também expandiu seu alcance por meio do

Ensino Superior à distância. Hoje, ele conta com milhares de estudantes em diversos níveis de ensino, representando várias regiões do Brasil e do mundo em seus campi. A instituição segue transformando vidas por meio da educação.

O porquê de nossa instituição ter um plano antibullying

Todas as instituições educativas têm o potencial e a responsabilidade de proporcionar um ambiente propício para que as crianças, adolescentes e jovens construam uma convivência qualificada como ética. Ou seja, um contexto favorável para que estudantes aprendam a resolver seus próprios conflitos de forma eficaz, além de compartilharem experiências positivas com seus pares e adultos.

Além disso, o espaço da escola — quer seja o que está entre muros e o que extrapola a sala de aula a partir de relações no âmbito virtual — é insubstituível para que estudantes de todos os segmentos tenham as melhores oportunidades de se comunicar com outras pessoas. Dessa forma, podem ir experimentando e criando regras, ao mesmo tempo em que refletem sobre os princípios que as sustentam. Todo esse processo favorece o desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e espiritual dos(as) educandos(as).

No Brasil, marcos legais e documentos norteadores da educação têm evidenciado, cada vez mais, a demanda por uma escola que ofereça às crianças, adolescentes e jovens uma educação voltada à vivência de valores essenciais para a qualidade da convivência em sociedade. Por exemplo, a [Constituição Federal](#) (Brasil, 1988), considerada um avanço referente aos direitos e deveres de todos os cidadãos brasileiros, e o [Estatuto da Criança e do Adolescente](#), o ECA (Brasil, 1990), preconizam a necessidade de a escola ser um contexto que educa para o exercício da cidadania e que viabiliza o acesso e permanência dos estudantes, sendo um lócus privilegiado para a vivência de valores morais como o respeito, a justiça e a solidariedade.

Especificamente na última década, as instituições de educação do Brasil foram impelidas a planejar mudanças e sistematizar ações que atendam às demandas elencadas em uma “[base curricular nacional](#)” (BNCC) (Brasil, 2018). O documento, de “caráter normativo, define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todas as crianças, adolescentes e jovens precisam desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (Brasil, 2013).

A proposta orienta “conhecimentos, competências e habilidades” que as alunas e os alunos precisam construir no decorrer de sua escolarização básica.

Em consonância com as [Diretrizes Curriculares Nacionais](#) (Brasil, 2013), a BNCC reitera o propósito de “formação humana integral”, que favorece a “construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva”. O documento também indica que cada unidade educacional deve se responsabilizar pela criação de espaços democráticos, em que a convivência entre membros da comunidade escolar seja um dos seus principais pilares. Dentre as competências gerais definidas pela BNCC, destacam-se algumas que propõem que a escola seja o lugar em que as crianças, adolescentes e jovens tenham oportunidade de se desenvolver no sentido de:

Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários (BRASIL, 2018, p. 9).

Nesse sentido, “a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva” (Brasil, 2018, p. 14).

Antes da BNCC, enquanto um dos documentos norteadores da educação, a legislação brasileira havia celebrado avanços nos marcos legais que deliberam sobre a formação para uma convivência ética no âmbito da escola. Em novembro de 2015, o Congresso Nacional aprovou a [Lei 13.185/15](#), conhecida como a Lei Antibullying, ressaltando a urgência da sociedade e da escola se preocuparem com um fenômeno específico de violência que inviabiliza uma convivência verdadeiramente ética em qualquer ambiente: o bullying (Brasil, 2015).

Posteriormente, a Lei Antibullying foi integrada à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) com a alteração do artigo 12, por meio da [Lei 13.663/18](#), que define que é obrigação dos estabelecimentos de ensino: “IX - promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática ([bullying](#)), no âmbito das escolas; X - estabelecer ações destinadas a promover a cultura de paz nas escolas” (BRASIL, 2018).

Com o aumento das manifestações de violência na escola, especialmente a partir dos [ataques de violência extrema](#) realizados em sequência, em 2024 foi aprovada a [Lei 14.811](#) (Brasil, 2024), que introduziu novas penalidades para os casos de bullying e cyberbullying.

Em síntese, é possível afirmar que há um movimento positivo no país de enxergar a escola também como um espaço de educação, ou seja, “para além do ensino”, como apregoado em muitos documentos norteadores das propostas da Educação Adventista.

Nossa rede de escolas tem sua missão fundamentada filosoficamente na busca pelo desenvolvimento pleno de um sujeito autônomo em sua dimensão afetiva. Desde os primórdios da [Educação Adventista](#), esse ideal é amplamente explicitado nas obras da escritora adventista Ellen White, cujos escritos datam do final do século 19. Entre tantas páginas de orientações, podemos destacar algumas das mais clássicas premissas defendidas pela autora estadunidense:

A verdadeira educação significa mais do que avançar em certo curso de estudos... (White, 1996, p. 13).

O objetivo da disciplina é ensinar à criança o governo de si mesma. Devem ensinar-se lhe a confiança e direção próprias (White, 1996, p. 287).

As regras que governam a sala de aula devem, quanto possível, representar a voz da escola. (...) Assim ele (o estudante) sentirá a responsabilidade de fazer com que as regras que ele próprio ajudou a formular sejam obedecidas (White, 1996, p. 290).

Contudo, uma educação para o “governo de si” (White, 1996, p. 287) demanda processos educativos complexos. Quando se fala nas escolas em geral, apesar dos caminhos indicados pela legislação brasileira, os dados de diferentes pesquisas atestam o quanto só o estabelecimento de leis ou diretrizes de âmbito nacional não são suficientes. Em tempos em que a convivência na sociedade tende a ser cada vez

mais individualista e competitiva, e as pesquisas indicam um crescente número de ocorrências de manifestações de violência que afetam as escolas brasileiras, é preciso que cada instituição de educação tenha de fato um plano de ação em prol da promoção da convivência e prevenção da violência.

Sob tal justificativa é que educadoras e educadores que atuam nas unidades de Educação Básica do [UNASP](#) se reuniram em um processo sistemático de estudos e reflexão para a construção coletiva de um plano de prevenção ao bullying em cada um dos chamados "[Colégios UNASP](#)".

Nosso posicionamento epistemológico sobre o *bullying/cyberbullying*

Após um intenso percurso de estudos e discussões, nossa instituição reconhece que uma das manifestações de violência que mais ameaça a qualidade da convivência no contexto escolar é o bullying, assim como sua forma digital, o cyberbullying.

Esse fenômeno se caracteriza por sua complexidade e diversidade de causas. Sinteticamente podemos defini-lo como uma das maneiras mais cruéis de intimidação sistemática. Nas investigações e documentos jurídicos, o termo bullying é amplamente utilizado para descrever comportamentos violentos que ocorrem sem uma motivação específica ou justificável do ponto de vista ético, em que indivíduos com igual nível de poder estabelecem uma dinâmica de desigualdade. Na prática, podemos observar incidentes de violência física, verbal ou relacional (Bottino, 2015; Brasil, 2015; Bozza, 2021; Knoener, 2019; Knoener, 2023).

Golpes, chutes, beliscões e empurrões colocam em risco a integridade física. Nomes depreciativos e preconceituosos, discursos que humilham, palavras ameaçadoras, sussurros, postagens depreciativas e comentários misóginos ou racistas geram sérios danos. Eles afetam a saúde mental das pessoas envolvidas, especialmente no caso de crianças, adolescentes e jovens, que estão em fase de desenvolvimento da personalidade e identidade.

As pesquisas nacionais e internacionais a respeito das implicações sociais e psicológicas dessa forma de violência comprovam que o bullying (incluindo o cyberbullying), embora compartilhe características comuns com outros conflitos inerentes a quaisquer relações interpessoais, apresenta outras que o tornam um dos mais ameaçadores problemas de convivência na escola (Pikas, 1989; 2002; Olweus, 1993, 1997, 1998, 1999; Tognetta; Vinha, 2008; Rose; Monda-Amaya; Espelage, 2011; Takizawa; Maughan; Arseneault, 2014; Tognetta, 2020; Vinha, 2023).

No quadro a seguir — organizado por pesquisadoras participantes do [Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Moral da UNESP e da UNICAMP](#) — estão apresentadas as principais características do bullying e uma breve descrição de suas manifestações:

Quadro 1 - Caracterização do bullying

Característica	O que acontece no dia a dia
Repetição	Uma mesma pessoa ou grupo intimida, humilha, persegue, amedronta etc. o mesmo alvo durante um período de semanas, meses ou até anos.
Intenção de ferir	Autores(as) de bullying carecem de sensibilidade moral, ou seja, além de não se comoverem com a dor e sofrimento do alvo, ainda têm conscientemente a intenção de machucar, prejudicar ou excluir o alvo de um grupo.
Alvo frágil	Quem sofre bullying tem dificuldade para reconhecer o seu valor como sujeito. De certa maneira, acredita que merece ser intimidado (" <i>Sou feio mesmo...</i> "; " <i>O que eu poderia esperar sendo gorda desse jeito?!?</i> "; " <i>O que eu poderia esperar se sou ruim de bola mesmo?</i> "). Além disso, é alguém que tem dificuldade de reconhecer e expressar seus sentimentos e de pedir ajuda.
Simetria de poder instituído	Inclui intimidações, constrangimentos e/ou atos agressivos praticados entre pares. No caso de uma escola, o mais comum é que ocorra entre estudantes, em geral, da mesma faixa etária.
Desigualdade de poder	Como os(as) autores(as) de bullying também têm uma visão de si empobrecida, acreditam que só terão algum valor diante de um grupo se forem fortes e demonstrarem poder. Então, apesar de ser uma violência entre pares, sempre há alguém exercendo um esquema domínio-submissão sobre seu par.

Público	Acontece sempre diante de um público que, em muitos casos, valida simbolicamente os atos de intimidação por meio de risos, aplausos e outros gestos similares.
Ocorre longe dos olhos da autoridade	O agravante dessa violência é que os(as) autores(as) escolhem momentos e estratégias de maneira que a autoridade (escolar ou familiar) é a última a saber ou perceber o problema. Por isso, a menos que pais, mães, docentes, membros da equipe gestora e funcionários(as) estejam atentos(as) aos "sinais" do bullying, serão sempre os últimos a saber.

Fonte: Adaptado de “Unidos pela paz nas escolas” (SINESP, 2024, p. 18).

Semelhantemente, o cyberbullying também inclui ataques e intimidações entre pares. Contudo, no espaço digital, fatores como a repetição e o desequilíbrio de poder ganham novas dimensões, uma vez que a internet propicia uma ampla disseminação de agressões, constrangimentos e imagens comprometedoras, atingindo até mesmo pessoas que não estão próximas do alvo. Da mesma forma, o desequilíbrio de poder pode se intensificar se o(a) autor(a) tiver mais experiência e conhecimento em mídias sociais e internet, ou seja, não se trata necessariamente de popularidade ou força física.

Para agravar a situação, a variedade de mídias digitais disponíveis e a dificuldade que crianças, adolescentes e jovens enfrentam para se desvincular das agressões a qualquer momento permitem que sofram intimidações a qualquer hora do dia. Além disso, no contexto do cyberbullying, muitos(as) autores(as) que interromperiam suas ações se estivessem frente a frente com seu alvo – seja ao testemunhar seu sofrimento ou por receio de serem flagrados(as) por autoridades – não sentem o mesmo impedimento nas redes sociais, onde percebem um ambiente sem regras definidas.

Outro ponto que precisa ficar claro é que o envolvimento no bullying ou no cyberbullying afeta o desenvolvimento social, psicológico e moral de todos(as) os(as) envolvidos(as). Para além de quem pratica e de quem sofre, há meninas e meninos que participam na posição de espectadores(as).

No que diz respeito às testemunhas ou espectores(as) das práticas de intimidação entre pares, há posições distintas. Muitos(as) estudantes que presenciam o bullying deixam de intervir nos atos violentos, não necessariamente por concordarem com quem está intimidando. Pelo contrário, talvez até tenham repulsa pelo comportamento do(a) autor(a), mas não assumem a defesa do alvo por medo de também sofrerem ataques no futuro. Além disso, há aqueles(as) que não demonstram

qualquer sensibilidade e outros(as) que, apesar de não participarem ativamente do ataque, dão apoio com risadas e palavras de incentivo.

É importante ter em mente que o silêncio não afeta apenas aqueles que estão sendo intimidados, pois como mencionado anteriormente, trata-se de uma violência que se desenvolve de forma sistêmica entre os pares. Ou seja, o silêncio de um alvo ou espectador(a) pode ser a porta de entrada para o bullying na vida de diversos(as) outros(as) estudantes.

Além disso, inúmeras investigações comprovam que estudantes que sofrem bullying — especialmente aqueles(as) que são intimidados(as) com maior frequência e período de tempo — continuam em risco por muito tempo. Os impactos variam entre uma ampla série de problemas, como sociais, de saúde e até mesmo econômicos (Garaigordobil; Oñedera, 2010; Tognetta; Vinha, 2008; Takizawa; Maughan; Arseneault, 2014; Janosz, 2018).

Considerações sobre as leis que tratam do bullying no contexto educacional

O Congresso Nacional aprovou, em novembro de 2015, a Lei 13.815/15, intitulada Lei Antibullying, reconhecendo a seriedade e o impacto desse fenômeno sobre os envolvidos e evidenciando a necessidade do amparo legal para a institucionalização da prevenção e combate ao bullying. Além da definição desse tipo de violência, que será tratada mais à frente, o art. 5º institui que:

É dever do estabelecimento de ensino, dos clubes e das agremiações recreativas assegurar medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate à violência e à intimidação sistemática (*bullying*) (Brasil, 2015).

A importância desse artigo evidencia a concepção não punitiva da legislação. Ao invés de estabelecer penalidades, ela atribui às escolas a responsabilidade de prevenir a intimidação sistemática por meio de ações educativas e atividades de

formação de professores. Em consonância com os achados da Psicologia Moral (Piaget, 1952, 1973, 1994; La Taille, 2002, 2004, 2006), que defendem a necessidade de ações educativas que auxiliem os autores de bullying a construírem valores morais, a lei, em seu artigo 4º (Brasil, 2015), ampara alvos e autores, prevendo o oferecimento de assistência jurídica, social e psicológica para ambos os envolvidos. Isso significa uma atenção especial a quem sofre, mas também a quem promove a violência.

Nesse contexto, cabe também à escola orientar os(as) educandos(as) sobre a responsabilidade de cada um(a) por seus próprios atos. Mais que isso, é papel da escola compreender que a invasão da intimidade de outrem somente ocorre quando meninos e meninas têm, por sua própria intimidade, pouco respeito. Assim, o trabalho sistemático de proporcionar às alunas e aos alunos oportunidades de autoconhecimento e, ao mesmo tempo, de cultivar a admiração por valores morais como respeito, tolerância e solidariedade, são extremamente necessários para a superação do bullying.

Dessa forma, levando em consideração os objetivos educacionais de formar cidadãos éticos, e em atendimento aos dispositivos legais, nosso plano antibullying objetiva a implementação e manutenção de propostas de natureza preventiva e curativa. Para isso, ele tem como objetivos:

- Favorecer a construção de relações mais éticas, em que as crianças, adolescentes e jovens possam encontrar espaços de participação e possibilidades de expressão de seus sentimentos, bem como exercitar formas de linguagem que reconheçam sentimentos, possibilitando a tomada de decisões baseadas em valores morais e éticos;
- Discutir os problemas de convivência e as crescentes formas de violência que fragilizam as relações interpessoais na instituição escolar;
- Compreender e identificar as principais causas de bullying, bem como suas formas de manifestação nos contextos das nossas unidades escolares;
- Planejar estratégias de resolução de seus conflitos, envolvendo diretamente os(as) estudantes na busca por alternativas de soluções caracterizadas pelo diálogo e reparação das relações, visando a construção coletiva de um ambiente acolhedor para toda a comunidade escolar.

Diante das considerações e reflexões, a partir da análise dos documentos legais, prosseguimos apresentando nosso posicionamento diante dos desafios da convivência presentes no cotidiano escolar.

Posicionamento da instituição diante dos desafios da convivência no contexto escolar

Nossa instituição reconhece que o tema da convivência precisa ser estudado em profundidade por todos(as) os(as) agentes da comunidade escolar: a começar, pela gestão das unidades escolares e corpo docente, e, na sequência, envolvendo estudantes, funcionárias, funcionários, familiares e a comunidade do entorno de cada um dos Colégios UNASP. Inclusive, essa é uma demanda cada vez mais urgente, como apontado por inúmeras pesquisas nacionais e internacionais (Abramovay, 2021; Janosz, 2018; Jares, 2008; Knoener, 2019; 2023; Tognetta, 2020a, 2020b; Souza, 2023; Vinha, 2023), para todas as instituições de educação que assumem a responsabilidade em promover uma convivência ética e prevenir a violência na escola e na sociedade.

Retomamos que as unidades de educação básica do UNASP fazem parte de uma rede de escolas que têm suas propostas e objetivos fundamentados na filosofia da Educação Adventista. Além disso, atendem a legislação vigente (LDB) no país, conforme apresentado no Regimento Escolar, onde se trata dos “Fins e Objetivos da Educação Escolar Rede” (p. 7):

Artigo 4º. Os objetivos educacionais convergem para os fins mais amplos da educação nacional, expressos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, respeitadas as características e peculiaridades locais de cada Unidade Escolar, dos cursos e faixa etária dos educandos. São eles:

- I. Promover o reconhecimento de Deus como fonte de toda sabedoria, aplicando a Bíblia como referencial de conduta, na busca de um caráter íntegro e equilibrado;
- II. Estimular o estudo, a proteção e a conservação da natureza;
- III. Incentivar a utilização das faculdades mentais na aquisição e construção do conhecimento em favor do bem comum, tendo como ferramenta as diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos;
- IV. Promover a aquisição de hábitos saudáveis mediante o conhecimento do corpo e das leis que o regem;
- V. Oportunizar o desenvolvimento da capacidade de análise e de síntese, do senso crítico, da criatividade,

- da pesquisa e do pensamento reflexivo;
- VI. Incentivar o desenvolvimento dos deveres práticos da vida diária, a sábia escolha profissional, a formação familiar, e o serviço a Deus e à comunidade;
- VII. Promover a autonomia e a autenticidade ancorada nos valores bíblicos cristãos;
- VIII. Favorecer o desenvolvimento da autoestima positiva e dos sentimentos de aceitação e segurança;
- IX. Resgatar a prática da regra áurea bíblica nos relacionamentos interpessoais, que é amar ao próximo como a si mesmo.
- X. Dentre as necessidades que objetivamos atender sistematicamente, destacamos a oportunidade de que os(as) estudantes possam interagir e cooperar com seus pares, fazer escolhas e tomar decisões que as(os) conduzirão paulatinamente à construção coletiva de valores e conhecimentos qualificados como éticos.

No Regimento Escolar, artigo 120, à cada aluna e aluno regularmente matriculados, se garante o direito:

- I. Ser tratado com respeito, atenção e ética pela administração, professores e colaboradores da Unidade Escolar;
- II. Ter acesso ao Regimento Escolar, principalmente aos artigos referentes aos Direitos, Deveres, Proibições, Medidas disciplinares ou pedagógicas, à Proposta Pedagógica, ao Código de Ética Escolar e demais regulamentos;
- III. Receber educação compatível com as diretrizes nacionais e alinhadas à filosofia adventista, refletindo a proposta pedagógica e respeitando a legislação vigente, a fim de contribuir para o seu desenvolvimento como pessoa, bem como seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;
- IV. Participar em igualdade de condições das atividades escolares, sociais, cívicas e recreativas, destinadas à sua formação e promovidas pela Unidade Escolar;
- V. Solicitar orientações educacionais acadêmicas aos professores e à equipe pedagógica da Unidade Escolar, sempre que julgar necessário;
- VI. Apresentar sugestões, de forma verbal ou por escrito, de medidas que contribuam para o melhoramento da vida escolar, tanto aos professores quanto à administração (p. 58).

Entende-se também que, além de contribuir na formação acadêmica do(a) educando(a), promovendo a compreensão do seu papel na sociedade e a conscientização sobre boas práticas de convivência, nós, como Instituição, não aceitamos determinadas atitudes, como as previstas no Regimento Escolar, no qual o Artigo 123 estabelece que é vedado às alunas e aos alunos:

VI. Praticar atos de bullying ou cyberbullying contra estudantes, professores, colaboradores e administradores, mediante a adoção de apelidos pejorativos, xingamentos, práticas discriminatórias ou quaisquer outras atitudes que exponham as pessoas a situações embaraçosas, vexatórias e de constrangimento, na instituição ou fora dela, ou ainda em ambientes virtuais.

De acordo com o Artigo 124, é considerada falta grave do(a) aluno(a):

VII. Violar a integridade moral, física e psicológica dos estudantes, professores, colaboradores e administradores;
X. Praticar atos discriminatórios, violentos ou bullying, cyberbullying contra estudantes, professores, colaboradores e administradores.

Outro ponto é que as propostas da Educação Adventista estão fundamentadas sob uma perspectiva relacional. Por isso, buscamos constantemente a criação de oportunidades para aprofundar o relacionamento com Deus e o relacionamento com o próximo. Como exemplo, usamos o Referencial da Educação Infantil, conforme a representação gráfica a seguir, na qual apresentamos uma síntese das perspectivas e relações que fundamentam prioridades do trabalho pretendido pela instituição.

Figura 1 - Representação do Referencial da Educação Adventista



Fonte: [Projeto Pedagógico 2025](#), p. 12.

Na figura, destacamos que, por meio do relacionamento com Deus, o qual promove a paciência, amabilidade, bondade, fidelidade, mansidão, autocontrole, alegria e paz, também é possível desenvolver habilidades que são aplicáveis em prol da construção de valores e do exercício das diferentes competências projetadas para o pleno exercício da cidadania. São elas: empatia e cooperação; responsabilidade, serviço e cidadania; cultura digital; juízo estético; pensamento científico, crítico e criativo; conhecimento; relacionamento e restauração; trabalho e projeto de vida; argumentação; autocuidado e alteridade.

Em seguida, temos a sistematização de tópicos, dentre eles a Interdisciplinaridade, Transversalidade, Transdisciplinaridade, Replicabilidade, Transferibilidade e Flexibilidade. Ou seja, trabalhamos na integração das disciplinas por meio de diversas propostas de ensino-aprendizagem, promovendo a cooperação de diferentes áreas do conhecimento. Dessa forma oportunizamos aos(as) estudantes uma compreensão dos conteúdos trabalhados de forma conectada com suas vivências e memórias do cotidiano, o que contribui para a construção da sua realidade social e entendimento dos direitos e responsabilidades relacionados à vida pessoal e coletiva. Esse processo fortalece a formação integral de cada criança, adolescente e jovem, integrando-os(as) por meio das diferentes composições

curriculares.

Também vemos essa proposta descrita no livro Educação, da escritora Ellen White (1996):

Cada ser humano, criado à imagem de Deus, é dotado de certa faculdade própria do Criador — a individualidade — faculdade esta de pensar e agir. Os homens nos quais se desenvolve essa faculdade são os que encaram responsabilidades, que são os dirigentes nos empreendimentos e que influenciam nos caracteres. É a obra da verdadeira educação desenvolver essa faculdade, preparar os jovens para que sejam pensantes e não meros refletores do pensamento de outrem. Em vez de limitar o seu estudo ao que os homens têm dito ou escrito, sejam os estudantes encaminhados às fontes da verdade, aos vastos campos abertos a pesquisas na Natureza e na revelação. Que contemplem os grandes fatos do dever e do destino, e a mente expandir-se-á e fortalecer-se-á (p.17).

Por último, atuamos nas grandes áreas de desenvolvimento: Desenvolvimento Emocional, Social, Espiritual, Cognitivo e Físico. Portanto, o relacionamento com Deus, a apropriação dos frutos do Espírito, o relacionamento com o próximo, o exercício da cidadania e a otimização curricular nos permitem ter uma formação integrada e integral.

A partir desses pressupostos essenciais da prática de uma filosofia cristã, também visamos a formação de nossos(as) estudantes para que aprendam a conviver.

Para esclarecer como todos esses fundamentos se incorporam à prática pedagógica e à rotina das unidades de educação básica do UNASP, apresentaremos, a partir deste ponto, uma síntese de ações sistemáticas praticadas pelos colégios UNASP que são promotoras da construção de valores morais essenciais à convivência na escola (e fora dela).

Ações da instituição que visam a garantia de uma educação inclusiva

O bullying nas escolas é um sério problema que afeta a vida de muitos(as) alunos(as), especialmente crianças e adolescentes que demandam suporte, seja por terem alguma deficiência ou algum desenvolvimento atípico, como estudantes do espectro autista. Há também estudantes que possuem necessidades educacionais

especiais ou estados emocionais fragilizados. Todos esses casos podem ser especialmente vulneráveis a sofrer intimidações, preconceitos e agressões presentes nas práticas de bullying e cyberbullying (Oliveira, Schmidt, 2023; Rose, Monda-Amaya, Espelage, 2011).

Esses(as) estudantes enfrentam desafios em se adaptar ao ambiente escolar devido às suas condições específicas, como transtornos de aprendizagem, assim como deficiências físicas ou cognitivas. Quando essas dificuldades são acompanhadas de atitudes de *bullying* por parte de colegas, os efeitos podem ser devastadores para o seu desenvolvimento.

O bullying direcionado a estudantes da educação especial (pessoas com deficiência, neurodiversas etc.) pode assumir diversas formas, incluindo insultos, exclusão social, intimidação e até agressões físicas. Essas crianças e adolescentes muitas vezes ainda não desenvolveram as mesmas habilidades de comunicação ou autodefesa que seus colegas, o que os torna alvos mais fáceis. Além disso, a falta de conscientização e sensibilização dos(as) demais estudantes sobre as particularidades dos(as) estudantes(as) atípicos(as) pode perpetuar um ambiente em que o bullying não é reconhecido, nem adequadamente combatido.

Mantoan (2003) destaca a importância de uma escola inclusiva:

A inclusão escolar não se refere apenas à inserção física dos alunos com deficiência, mas à construção de um ambiente que valorize as diferenças e promova a convivência respeitosa entre todos, eliminando práticas excludentes como o bullying (Mantoan, 2003).

O ambiente escolar tem um papel central na resolução e minimização do bullying, especialmente entre estudantes de inclusão. Para enfrentar essa problemática de forma eficaz, adotamos uma abordagem preventiva e interventiva, promovendo um ambiente seguro, inclusivo e de respeito. Especificamente, dentro das ações pretendidas a partir do novo ano letivo, nossas propostas são baseadas em algumas estratégias descritas a seguir:

- **Criação de uma cultura de respeito e empatia:** toda instituição de educação deve promover valores de respeito, empatia e solidariedade desde os primeiros anos. Isso pode ser realizado por meio de círculos de diálogo com estudantes, discussões a partir de palestras, propostas de conscientização e projetos que enfatizem a importância da inclusão e da aceitação das singularidades de cada pessoa. Igualmente, deve incentivar discussões sobre

diversidade, o que ajuda a desmistificar preconceitos e estereótipos que podem alimentar o bullying;

- **Capacitação da equipe gestora, docentes e demais membros da equipe escolar:** temos o compromisso de preparar docentes e funcionários(as) por meio dos espaços de formação continuada. O objetivo é que todos(as) estejam preparados(as) para identificar os sinais de bullying, especialmente quando se trata de crianças ou adolescentes com deficiências ou neurodivergentes, que podem ter mais dificuldade em expressar o que estão passando. Por isso, o Colégio UNASP tem o compromisso de oferecer formações contínuas sobre como lidar com essas situações, promover a inclusão e atuar como agentes mediadores de conflitos e interventores em casos de violência;
- **Educação emocional e resolução de conflitos:** deve-se implementar propostas compatíveis com o desenvolvimento de competências socioemocionais e valores sociomoraes que ajudem os(as) alunos(as) a desenvolverem habilidades como empatia, autocontrole e resolução pacífica de conflitos, além da adesão a valores como justiça (especialmente qualificada pela equidade), solidariedade e respeito. Por isso, especialmente os setores de orientação educacional e coordenação pedagógica têm o compromisso de organizar oficinas, dinâmicas de grupo e atividades cooperativas para a comunidade escolar, pois são maneiras eficazes de fortalecer esses aspectos;
- **Apoio especializado para estudantes com necessidades educativas especiais:** crianças e adolescentes com NEE necessitam de apoio adicional, tanto pedagógico quanto emocional. Por isso, estabelecemos parceria e valorizamos o acompanhamento de psicólogos(as), terapeutas e demais especialistas para ajudar esses(as) alunos(as) a lidarem com os desafios que enfrentam. Acreditamos que esses profissionais também podem orientar docentes e famílias sobre como promover a melhor integração possível entre

estudantes;

- **Incentivo à inclusão nas atividades escolares:** metodologias de integração, como aulas em que estudantes trabalhem em grupo, atividades esportivas e eventos escolares diversificados ajudam a construir laços e permitem que estudantes de inclusão se sintam parte ativa da comunidade escolar;

Políticas claras e medidas preventivas: a escola deve ter uma política clara de combate ao bullying, com regras e consequências bem definidas. É importante que todos os alunos, pais e funcionários estejam cientes dessas regras. Ao mesmo tempo, criar canais seguros e confidenciais, para que alunos possam denunciar casos de bullying, é essencial para a eficácia dessas políticas.

Ao implementar essas ações de forma integrada e constante no ambiente escolar, esperamos prevenir e reduzir significativamente o bullying, criando um espaço onde todos(as) os(as) estudantes, independentemente de suas necessidades ou diferenças, se sintam valorizados(as) e seguros(as). É por meio da promoção de uma cultura inclusiva e empática que pretendemos ajudar a formar cidadãos e cidadãs mais conscientes e preparados(as) para conviver respeitosamente com a pluralidade humana.

O papel da gestão escolar na estrutura do nosso plano antibullying

Comissão de convivência

Instituída em outubro de 2024, a Comissão de Convivência Escolar é uma instância democrática e participativa formada por líderes do departamento de educação do UNASP, diretores(as), coordenadores(as) pedagógicos(as), orientadores(as) educacionais e docentes representantes dos três Colégios UNASP.

Essa comissão visa promover estratégias que possibilitem um ambiente de convivência harmonioso e inclusivo. Ela tem como principal função prevenir e mediar conflitos, fortalecer a cultura de paz e assegurar o respeito aos valores éticos e às

diferenças no ambiente escolar. Com uma atuação pautada no diálogo, a comissão busca criar meios e ações que contribuam para a construção de relações interpessoais saudáveis, assegurando o bem-estar de todos os envolvidos no processo educativo.

Para sua implementação, foram definidos e registrados objetivos claros, a fim de garantir protocolos de prevenção e intervenção. A comissão se reunirá periodicamente para planejar e acompanhar atividades, como jornadas educativas, projetos de integração e soluções mediadas para conflitos.

Além disso, a possibilidade de parcerias externas e a formação contínua dos(as) integrantes são fundamentais para que a comissão se mantenha atuante e efetiva. Assim, pretende-se assegurar na escola um ambiente seguro e acolhedor, que valorize o diálogo e promova o desenvolvimento pleno dos(as) estudantes.

Em consonância, cada uma das unidades do Colégio UNASP também terá sua própria comissão, composta por todos os membros da equipe gestora da escola. A seguir, apresentamos detalhes sobre o papel que deve ser desempenhado por cada setor da escola diante do desafio de educar para a promoção de uma convivência livre de violências.

Direção Escolar e Serviço de Coordenação Pedagógica (SCP)

O(a) diretor(a) escolar é o principal responsável por liderar a execução eficaz deste plano antibullying. Dessa forma, diretores(as) e vice-diretores(as) são gestores que garantem a aplicação dos protocolos e ações de prevenção de violência no ambiente escolar da unidade educacional. Por isso, a partir de 2025, será implementado o "Conecta" (ouvidoria) em cada um dos Colégios UNASP. O canal poderá ser acessado pelos estudantes por meio de um QR *code*, disponibilizado nas plataformas digitais da instituição, assim como por caixas para sugestões, pedidos de ajuda e denúncias, distribuídas no prédio escolar. Além disso, os(as) estudantes serão direcionados a um espaço específico para o acolhimento de opiniões e denúncias de práticas de violência entre pares.

Somado a isso, com o apoio dos(as) coordenadores(as) pedagógicos(as), haverá uma sistemática de acompanhamento definida por ações, como as descritas a seguir:

- Divulgação das ações relacionadas ao plano antibullying por meio das

plataformas da instituição (Agenda Edu e E-Class) e momentos coletivos, como a aula de Cultura Geral, *show* do intervalo e murais da escola;

- Promoção de ações intencionais mensais, com o objetivo de envolver a participação ativa dos(as) estudantes na criação de uma cultura escolar inclusiva e acolhedora, por meio de palestras e eventos organizados de acordo com as sugestões registradas no canal do Conecta;
- Verificação semanal das opiniões dos estudantes, coletadas por meio do Conecta, pela direção escolar. Após a análise das informações coletadas será realizada a apresentação dos assuntos cabíveis à equipe administrativa para reflexão, discussão e planejamento das ações necessárias;
- Coleta regular de *feedback* dos(as) usuários(as) de espaços de convivência nas reuniões mensais com os representantes do Grêmio Estudantil¹, com o objetivo de realizar ajustes e melhorias contínuas;
- Manutenção do comitê do Grêmio Estudantil para garantir que as necessidades dos(as) estudantes sejam sempre ouvidas e atendidas.

No caso dos(as) coordenadores(as) pedagógicos(as) — cuja função tem como objetivo primordial garantir a qualidade da educação e ensino ofertado aos estudantes — repousa a responsabilidade de subsidiar docentes no preparo para reconhecer os sinais de bullying, além de preparar as professoras e professores para atuarem de maneira preventiva no combate à violência. Para isso, nossa instituição tem investido em processos de formação continuada, os quais descreveremos brevemente a seguir.

Ações de formação continuada de docentes e outros profissionais das unidades escolares: propostas para 2025

A formação contínua de docentes e demais profissionais da educação é fundamental para a construção de um ambiente escolar seguro e acolhedor, em que o bullying seja prevenido de forma eficaz. Preparar os(as) educadores(as) e demais membros da equipe escolar favorece a compreensão das diferentes manifestações do bullying, a identificação dos sinais precoces e a adoção de estratégias de intervenção apropriadas. Além disso, a formação proporciona a construção de uma cultura de respeito e empatia, ajudando a promover valores de convivência harmoniosa entre os(as) estudantes. Quando todos(as) os(as) profissionais estão bem preparados(as),

¹ As ações de implementação do Grêmio Estudantil estão descritas mais adiante neste documento.

é possível criar uma rede de apoio sólida, capaz de intervir de maneira assertiva e prevenir comportamentos agressivos, contribuindo para o desenvolvimento saudável de toda a comunidade escolar.

Nesse sentido, desde agosto de 2024, todos os membros das equipes gestoras das unidades do Colégio UNASP têm se envolvido num percurso formativo sistemático, que inclui estudos sobre a melhoria da convivência no contexto escolar.

A sequência de temas de estudo e discussão foi definida com base em pesquisas recentes de nosso país, que indicam conteúdos “essenciais para a formação continuada de docentes relacionados à promoção da convivência e prevenção/intervenção da violência” (Knoener, 2023, p. 108). Dentre os estudos que foram amplamente debatidos entre gestoras e gestores, destacamos: os princípios sobre a formação de uma personalidade ética; o desenvolvimento da autonomia moral das crianças e adolescentes; as regras e os conflitos como oportunidades de desenvolvimento; e os protocolos de intervenção ao bullying.

Especificamente sobre a intervenção ao bullying, nossos estudos têm sido baseados no Método de Preocupação Compartilhada² (MPC) (Pikas, 1989, 2022; Tognetta, 2020b), que é composto por um conjunto de entrevistas que devem ser realizadas individualmente com estudantes envolvidos(as) nas práticas de bullying.

Tais encontros são conduzidos por um(a) profissional treinado(a), que utiliza as entrevistas com alvos e autores (suspeitos) para conscientizá-los de que todos(as) são responsáveis e podem contribuir de alguma forma para a superação desse tipo de violência, inclusive a própria aluna ou aluno que é alvo das práticas.

Serviço de Orientação Educacional (SOE)

Além de atuarem diretamente no auxílio das crianças, adolescentes e jovens no processo de aprendizagem e formação pessoal, nossas orientadoras e orientadores trabalham em conjunto com o restante da equipe escolar (direção, coordenação e docentes) para aprimorar os processos de prevenção e, especialmente, intervenção, nos casos de bullying. Em síntese, esse trabalho acontece da seguinte maneira:

² Discorreremos mais detalhadamente sobre isso nos tópicos a seguir.

- Promoção de ações sistemáticas e programas específicos para auxiliar no desenvolvimento de habilidades socioemocionais dos(as) estudantes;
- Acompanhamento contínuo dos(as) estudantes, monitorando a eficácia das ações do projeto e ajustando estratégias;
- Formação e orientação de docentes e da equipe escolar;
- Busca de parcerias de cursos oferecidos na própria instituição, divulgando e incentivando a participação da equipe e comunidade escolar;
- Intervenção e atuação nos casos de denúncias de bullying, com base em protocolos pré-estabelecidos coletivamente com demais membros da equipe gestora.

Protocolos de intervenção aos casos de *bullying*

Nossos protocolos de atuação e intervenção, em caso de denúncia ou constatação de práticas de bullying, são baseados no Método de Preocupação Compartilhada (MPC). Trata-se de um método que adota uma abordagem restaurativa para lidar com o bullying, priorizando o diálogo e a empatia. Ele envolve entrevistas individuais com alvos, autores e testemunhas, seguidas de reuniões de grupo para promover a conscientização, a responsabilidade e a resolução colaborativa de conflitos. Focado na transformação das dinâmicas sociais, o método busca prevenir novos incidentes, fortalecer os laços de confiança e criar um ambiente escolar seguro e inclusivo, com o apoio da comunidade escolar e das famílias (Tognetta, 2020b).

Os protocolos de intervenção baseados no MPC incluem, pelo menos, quatro etapas: conversa individual com cada suspeito de praticar as intimidações e agressões; conversa individual com o alvo; conversas em grupo com os autores (para os casos em que há espectadores que participam de forma ativa nas intimidações – os chamados coautores); e reunião com os autores e o alvo (Tognetta, 2020b).

Aliada aos protocolos construídos pela escola com base no MPC, cada unidade do Colégio UNASP busca assegurar ações nos seguintes aspectos:

Prevenção

- **Política clara contra o bullying:** desenvolvimento e divulgação de uma política explícita contra o bullying, que inclui definições, exemplos de comportamentos inaceitáveis, consequências e apoio disponível;
- **Formação de docentes e funcionários(as):** todos(as) os(as) profissionais da escola devem ser treinados para identificar e intervir em casos de bullying. Isso inclui entender os diferentes tipos de bullying (verbal, físico, psicológico e cibernético);
- **Educação de estudantes e familiares:** realizar a “Escola de Pais” apresentando o que a instituição está realizando e orientar como a família pode nos procurar para identificar essas ações;
- **Cultura escolar positiva:** promover um ambiente escolar inclusivo, onde o respeito, a empatia e a aceitação das diferenças sejam valores centrais (no dia a dia da escola e nos atendimentos diários).

Identificação do bullying/cyberbullying

- **Observação ativa:** docentes, funcionários e funcionárias devem ficar atentos a sinais de bullying, dentre eles, mudanças de comportamento de algum(a) estudante, isolamento social ou queda no desempenho acadêmico. Essas observações poderão, inclusive, ser compartilhadas no Conselho de Classe. O Sistema de Orientação Educacional (SOE) exerce parte fundamental nesse processo que faz a ligação com a família.

Investigação

- **Notificação imediata:** assim que um caso de bullying for reportado ou identificado, ele deve ser notificado à direção, serviço de orientação educacional (SOE) ou serviço de coordenação pedagógica (SCP);
- **Entrevistas individuais:** escuta imparcial e em separado do(s) suspeito(s), coautor(es)/(testemunhas) e do(s) alvos;
- **Documentação:** o SOE é responsável pelos registros de todas as informações colhidas durante as entrevistas e mantém um arquivo seguro de todos os relatórios de casos detectados como bullying.

Ações de urgência

- **Intervenção rápida:** se for determinado que houve bullying, medidas de intervenção devem ser tomadas imediatamente, garantindo a segurança do alvo;
- **Suporte ao alvo:** oferecer apoio emocional e psicológico ao alvo, como acesso ao SOE ou encaminhamento para psicólogos;
- **Aconselhamento ao autor:** o autor deve ser orientado sobre o impacto de seu comportamento e participar de sessões de aconselhamento ou outras atividades de reeducação, eventualmente sendo indicado a uma avaliação médica, se necessário;
- **Sanções:** conforme a verificação dos fatos, poderão ser aplicadas sanções ou medidas administrativas de forma graduada, segundo a gravidade da falta cometida, conforme o Regimento Escolar;
- **Reuniões com a família dos(as) envolvidos(as):** manter pais, mães e/ou responsáveis informados sobre o andamento da situação e quaisquer medidas tomadas, garantindo que eles também acompanhem o comportamento do(a) aluno(a) em casa.

Ações de promoção de uma convivência ética: outras propostas em andamento

Projeto Emoções

O projeto visa desenvolver habilidades socioemocionais dos(as) estudantes, promovendo valores de convivência e fortalecendo a cultura de apoio mútuo. Por meio de ações interativas e momentos de reflexão, pretendemos formar nossos(as) educandos(as) para lidarem com suas emoções de forma saudável e a contribuirmos para um ambiente escolar mais positivo e inclusivo.

Capelania

Um dos grandes diferenciais, ou mesmo uma marca registrada da Educação Adventista, e conseqüentemente dos colégios UNASP, é o trabalho realizado pela área de Capelania Escolar. Com forte atuação em prol da promoção de um ambiente harmonioso entre os membros da comunidade escolar, a capelania desempenha um papel essencial em diversas frentes, envolvendo estudantes, docentes, funcionários(as) e familiares.

Seu objetivo é construir pontes que tornem o ambiente escolar mais equilibrado e acolhedor. Para alcançar esse propósito, a capelania desenvolve suas propostas de forma sistemática por meio de:

- **Atendimento individual e em grupo:** momentos dedicados à escuta do(a) aluno(a), permitindo que seus conflitos, sejam eles de natureza intrapessoal ou interpessoal, sejam compreendidos e abordados. Nos casos de desentendimentos entre pares, todos os(as) envolvidos(as) são chamados para uma conversa mediada pelo profissional da capelania, promovendo o diálogo e ajudando os(as) estudantes a alcançar um entendimento mútuo e uma convivência respeitosa. É importante destacar que, em situações de violência, como bullying ou cyberbullying, a instituição adota protocolos específicos de intervenção, diferentes daqueles aplicados aos conflitos comuns e corriqueiros que fazem parte das interações humanas;
- **Intervalos com Deus:** durante os intervalos, a sala da capelania está aberta para receber estudantes, proporcionando um espaço acolhedor para trocas de experiências e diálogos sobre uma ampla variedade de temas, como identidade e respeito. As pautas dessas conversas são trazidas pelos(as) próprios(as) estudantes e conduzidas com sensibilidade pela equipe de profissionais, os quais, além do apoio, oferecem orientações;
- **Cultura geral:** essa disciplina, devidamente homologada e integrada à grade curricular de todos os segmentos e turmas dos colégios, oferece um espaço privilegiado para a participação coletiva e a convivência entre estudantes, incluindo interações com colegas de outras turmas. A disciplina promove reflexões e debates sobre uma ampla gama de temas, como a saúde mental,

a importância do reconhecimento e expressão dos sentimentos, além da discussão partindo de valores fundamentados em perspectivas bíblicas;

- **Semanas de ênfase espiritual:** essa programação especial ocorre duas vezes ao ano, uma no primeiro semestre e outra no segundo. São momentos significativos que promovem interação, reflexão e aprendizado. Durante essas semanas, os(as) estudantes têm a oportunidade de passar mais tempo em convívio com seus colegas, participando de atividades como louvor em grupo, dinâmicas e apresentações, que fortalecem os laços de amizade dentro e entre as turmas. Além disso, ao final de cada dia, são incentivados a refletir sobre suas escolhas de vida e como agir com sabedoria, pautando suas decisões em valores morais e princípios sólidos;
- **Apoio à família:** em situações que requerem uma conscientização ampla na comunidade escolar, como casos graves envolvendo estudantes (risco à vida, envolvimento em atos ilegais, conflitos violentos, casos de racismo, intolerância ou preconceito, entre outros), a capelania escolar atua diretamente com os(as) responsáveis, auxiliando na resolução dos conflitos e acompanhando as orientações necessárias aos envolvidos. Além disso, quando ocorrem tais episódios, as aulas de Cultura Geral também são utilizadas como espaço para debates e ações de conscientização. Essas iniciativas incluem palestras com especialistas de diversas áreas, discussões baseadas em filmes e outras propostas que fomentam o diálogo e a compreensão sobre as implicações das violências na qualidade das relações humanas.

Escola de Pais

A Escola de Pais é uma programação desenvolvida pelo Colégio UNASP com o objetivo de estreitar a relação entre a escola e as famílias dos(as) estudantes, proporcionando um espaço de reflexão sobre aspectos psicológicos que influenciam o desenvolvimento das crianças e adolescentes.

Durante os encontros e atividades da Escola de Pais (em geral, realizadas bimestralmente) são abordados diversos temas, como a importância da

comunicação familiar, estratégias para lidar com desafios emocionais e comportamentais, e o papel dos pais e das mães na formação integral dos(as) filhos(as).

Além disso, em consonância com nossa natureza de escola confessional, o projeto inclui um componente espiritual visando o fortalecimento do relacionamento com o Criador e Mantenedor, ressaltando a importância da parceria entre Deus, a escola e a família na educação das crianças e dos adolescentes.

Nesse contexto, a Escola de Pais busca criar uma comunidade mais unida e coesa, em que os pais e as mães se sintam apoiados(as) e preparados(as) para desempenhar seu papel fundamental na educação dos(as) filhos(as).

Ao integrar valores cristãos e princípios pedagógicos, o Colégio UNASP reafirma seu compromisso com uma formação que vai além do currículo escolar, promovendo um ambiente de aprendizado que privilegia aspectos cognitivos, físicos, socioemocionais e espirituais.

Assim, a Escola de Pais se torna um espaço valioso para a parceria entre familiares, estudantes e educadores(as), fortalecendo laços e promovendo uma educação mais completa e transformadora.

Espaços de participação de estudantes: caminhos para 2025

Os espaços participativos e colaborativos envolvendo estudantes são oportunidades e propostas que visam promover a integração e o bem-estar, criando espaços de convivência que incentivam a interação social, o trabalho em equipe e a participação ativa na comunidade escolar.

Esse é, portanto, um projeto que colabora para a construção de uma convivência ética baseada na cooperação e no cultivo do respeito caracterizado pela reciprocidade. A seguir, apresentaremos uma síntese das principais propostas e procedimentos já existentes ou que estão em processo de planejamento a partir do presente ano letivo.

Mapeamento dos espaços disponíveis

Há espaços de participação que têm grande potencial de serem transformados em espaços de convivência, como os pátios, jardins, sala da capelania, centro esportivo e áreas externas ao redor do prédio escolar, coral, sala da Orientação

Educacional, ouvidoria do aluno (Conecta) e Grêmios Estudantis³.

Ações de integração orgânica entre estudantes

Existem várias ações realizadas no dia a dia da escola que representam muito mais do que recreação e entretenimentos. Na Rede Adventista, valorizamos a convivência que se dá naturalmente a partir de oportunidades em que os(as) estudantes brincam, conversam, se apoiam nos estudos e se manifestam artisticamente. Tais espaços oportunizam o protagonismo estudantil de maneira natural e com a valorização das pluralidades e potencialidades de cada discente. Alguns exemplos de propostas são:

- **Show do intervalo** – com o objetivo de desenvolver talentos e promover a socialização;
- **Jogos da Amizade** – com o objetivo de oferecer um espaço dinâmico e envolvente, em que os estudantes possam vivenciar e internalizar valores como respeito, empatia e colaboração;
- **Canto Coral** – com o objetivo de favorecer a interação social, a colaboração e a criação de vínculos sólidos e saudáveis, além de contribuir para o crescimento emocional e psicológico dos indivíduos envolvidos;
- **Programas de Voluntariado** – com o objetivo de contribuir para a formação de indivíduos mais conscientes e responsáveis e fortalecer os vínculos sociais entre os estudantes, criando uma comunidade escolar mais unida e solidária;
- **Projetos Sociais** – com o objetivo de formar cidadãos mais responsáveis, empáticos e cooperativos e fortalecer o espírito comunitário dentro da escola.

Processo de implementação do Grêmios Estudantis

Historicamente, os grêmios estudantis são caracterizados como uma entidade

³ Proposta a ser implementada a partir do ano de 2025.

independente, organizada por estudantes, com a finalidade de representar os interesses discentes na estrutura maior da escola, fomentando, especialmente, a comunicação clara, verdadeira e respeitosa entre educandos(as) e educadores(as).

Nesse sentido, a composição de um grêmio em nossos colégios tem como pressuposto a integração de ideias, interesses e contribuições de estudantes, equipes gestoras, corpo docente e outros agentes da comunidade escolar.

Além disso, com a criação de uma estrutura como essa, que estimula o desenvolvimento do protagonismo coletivo das alunas e dos alunos, objetivamos aumentar e estimular o interesse dos(as) adolescentes e jovens pelas atividades escolares, organizando, debatendo e favorecendo a criação de novas propostas educativas.

Ao assumirem a função de liderar iniciativas e projetos nas áreas de cultura, esporte, social, comunicação etc., tanto na escola em si quanto na comunidade, esses(as) estudantes constroem conhecimentos e valores essenciais ao exercício da cidadania, de uma convivência justa e respeitosa, além da assunção de responsabilidades para com a escola e a sociedade.

Ressaltamos que a função do grêmio escolar é a de representar os interesses e necessidade de seus pares, independentemente de raça, religião, classe social, características do desenvolvimento etc. Assim, é estabelecida uma colaboração democrática com a direção, coordenação pedagógica, docentes, funcionários(as) e, especialmente, com a orientação educacional, para que tenhamos sempre uma convivência inclusiva e propícia ao respeito e acolhimento da pluralidade humana.

Ao promover espaços colaborativos na escola, estamos contribuindo para a formação de uma cidadania ativa, consciente e responsável, que é protetiva das relações e contrária a quaisquer formas de discriminação e violência.

Embora a presença de grêmios estudantis seja uma demanda esperada por quaisquer escolas, quer sejam públicas ou privadas, há ainda uma lacuna em muitas redes que estão relacionadas a inúmeros fatores, inclusive culturais e normativos, como a alta exigência de conteúdos preparatórios para o vestibular no Ensino Médio.

Diante dessa realidade, esclarecemos que incluiremos a inauguração do Grêmio Estudantil em cada uma de nossas unidades como uma meta de médio prazo. Ou seja, as ações de fomento e implementação terão início em 2025, mas, a depender do contexto de cada unidade escolar, esse objetivo poderá ser estendido para ser plenamente alcançado em 2026. Isso porque o exercício do protagonismo discente está intimamente relacionado ao desenvolvimento de outras ações da escola que promovam a autonomia das alunas e dos alunos, qualificada por valores morais como

a justiça — especialmente em sua versão mais evoluída, caracterizada pela equidade —, o respeito, baseado na reciprocidade entre pares e adultos da escola, e a solidariedade, que, em sua versão mais avançada, vai além da ajuda somente em situações de emergência.

Em outras palavras, o pleno funcionamento do grêmio precisa estar atrelado ao andamento das outras propostas descritas neste plano. Portanto, não é possível estabelecer desde o início deste ano letivo um cronograma de curto prazo.

No apêndice 1, apresentamos uma síntese das etapas para implementação do Grêmio Estudantil em cada unidade escolar, bem como uma breve descrição dos percursos necessários nesse processo.

Finalmente, destacamos que a proposta de implementação do Grêmio Estudantil, bem como as demais recomendações descritas neste plano, podem ser alteradas, conforme necessário, à medida que forem constatadas outras demandas urgentes, oriundas da devolutiva dos(as) próprios(as) estudantes, familiares e demais membros da comunidade.

Uma última palavra...

Antes de finalizarmos a versão de 2025 do Plano Antibullying do Colégio UNASP, queremos resgatar algumas célebres palavras da autora Ellen White, escritora americana pioneira por suas considerações sobre a Educação Adventista:

A verdadeira educação significa mais do que a prossecução de um certo curso de estudos. Significa mais do que a preparação para a vida presente. Visa o ser todo, e todo o período da existência possível ou o homem. É o desenvolvimento harmônico das faculdades físicas, intelectuais e espirituais (White, 1996, p. 13).

É importante destacar que tal autora viveu a maior parte da sua vida no século 19 (1827-1915). Portanto, suas considerações sobre a necessidade de praticarmos uma educação integral — que excede as preocupações com o sucesso acadêmico — são urgentíssimas para nosso século e pressupõem que cada unidade escolar da Rede Adventista invista também numa educação que:

Ensine a criança e ao jovem que todo erro, toda falta, toda dificuldade vencida, se tornam um degrau no acesso a coisas melhores e mais elevadas. É mediante tais experiências que todos os que tornaram a vida digna de ser vivida alcançaram

êxito (White, 1996, p. 296).

Diante disso, retomamos que as ações previstas em nosso plano antibullying não têm o propósito de rotular estudantes como “culpados” ou “vítimas”. Este é um plano que visa a construção sistemática de uma convivência ética e que pressupõe uma educação em que todas e todos aprendam a conviver com umas das características mais marcantes das relações interpessoais: os conflitos.

O que objetivamos não é a ausência de conflitos, mas sim que estes sejam motivo de crescimento e desenvolvimento de sujeitos autônomos e não de espaços propícios às violências. Como diria Pedro Saéz (2003, p. 66), “como a convivência entre os seres humanos está cheia de conflitos de todo tipo, os quais habitualmente se resolvem por meio da força, da coerção ou da violência”, as instituições de educação precisam ter como um dos seus maiores objetivos o tratamento dos conflitos com base no “diálogo, na cooperação e no respeito mútuo entre os principais atores envolvidos nos problemas. Mais do que educar para a paz, é preciso educar para o conflito” (Saéz, 2003, p. 66).

Finalmente, reafirmamos nossa crença de que a necessidade de ensinar às nossas crianças, adolescentes e jovens a lidarem com conflitos nas relações interpessoais muito em breve será substituída por relacionamentos restaurados e livres da violência para sempre! Afinal, sabemos que as coisas que se “veem são temporais, e as que não se veem são eternas” II Cor. 4:18. Nossos desejos de esperança de que, em breve, viveremos a Eternidade!

Equipe gestora do Colégio UNASP

Referências

ABRAMOVAY, M. *et al* (org.). **Reflexões sobre convivências e violências nas escolas** [livro eletrônico]. Brasília, DF: Flacso, 2021, p. 84-107. Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2021/11/RCVE.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Diário Oficial da União - Seção 1 - 23/12/1996, p. 27833 (Publicação Original). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html> . Acesso em: 14 set. 2017.

BOTTINO, S. M. B. *et al*. Cyberbullying and adolescent mental health: systematic review. **Cadernos de Saúde Pública** [online], v. 31, n. 3, p. 463-475, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00036114> . ISSN 1678-4464.. Acesso em: 4 jul. 2021.

BOZZA, T. C. L. **Adolescentes e interações online: uma proposta de intervenção educativa visando a convivência ética virtual**. 2021. 1 recurso online (349 p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1641268>. Acesso em: 23 jun. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nºs 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 16 jul. 2020.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 562p. ISBN: 978-857783-136-4 BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm . Acesso em: 15 maio. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015**. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm . Acesso em: 14 set. 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.663, de 14 de maio de 2018**. Altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino. Brasília, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13663.htm Acesso em: 15 jun. 2018.

BRASIL. **Lei nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024.** Institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares, prevê a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2024/lei/l14811.htm. Acesso em: 29 abril 2024.

BRASIL. **Portal da Base Nacional Comum Curricular**, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 25 jan. 2018.

GARAIGORDOBIL, M. OÑEDERA, J. A. **La violencia entre iguales: revisión teórica y estrategias de intervención.** Pirámide, 2010.

JANOSZ, M. *et al.* Witnessing violence in early secondary school predicts subsequent student impairment. *In: J Epidemiol Community Health*. Published Online First: 16 September 2018. DOI: 10.1136/jech-2018-211203.

JARES, X. **Pedagogia da Convivência.** São Paulo: Palas Athena, 2008.

KNOENER, D. F. **Quando a convivência pede por cuidado: bullying e assédio moral em ambientes universitários.** 2019. 286f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar), Faculdade de Ciências e Letras, Unesp, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/181949> Acessos em: jul. 2019.

KNOENER, D. F. **A promoção da convivência ética no contexto escolar: Formação continuada e teorias subjetivas de docentes em tempos de escolas sem paredes.** 2023. 475f. Tese (Doutorado em Educação Escolar), Faculdade de Ciências e Letras, Unesp, 2023. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/250535>. Acesso em: 22 out. 2023.

LA TAILLE, Y. **Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

LA TAILLE, Y. **Vergonha, a ferida moral.** Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

LA TAILLE, Y; SOUZA, L; VIZIOLI, L. Ética e educação: uma revisão da literatura educacional de 1990 a 2003. **Educação e Pesquisa**, v. 30, n. 1, p. 91-108, 1 abr. 2004.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

OLIVEIRA, A. F. T. M.; SCHMIDT, C. Bullying e Transtorno do Espectro Autista (TEA): o que nos revelam as autobiografias? **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 49, e251469, 2023. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-9702202300010066

[4&lng=pt&nrm=iso](#). Acesso em: 24 out. 2024. Epub 16-Jun-2023.

OLWEUS, D. Bully/victim problems in school: Facts and intervention. **European Journal of Psychology of Education**, v. XII, n. 4, p. 495-510, 1997.

OLWEUS, D. **Bullying at school**. What we know and what we can do. Blackwell: Oxford and Cambridge, 1993.

OLWEUS, D. **Conductas de acoso y amenaza entre escolares**. Madrid: Morata, 1998.

OLWEUS, D. *In*: SMITH, P. K. et al. (eds.). **The nature of school bullying: a cross-national perspective**. London: Routledge, 1999. p. 7-27.

PIAGET, J. **O juízo moral na criança**. São Paulo: Summus, 1932/1994.

PIAGET, J. **Para onde vai a educação?** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973.

PIAGET, J. **The origins of intelligence in children**. New York: International Universities Press, 1952.

PIKAS, A. The common concern method for the treatment of mobbing. *In*: Roland, E. y Munthe, E. **Bullying: An international perspective**. London: David Fulton. 1989, p. 91-105.

PIKAS, A. New developments of shared concern method. **School Psychology International**, 23(3), 2002, p. 307–326.

ROSE, C. A., MONDA-AMAYA, L. E.; ESPELAGE, D. L. Bullying Perpetration and Victimization in Special Education: A Review of the Literature. **Remedial and Special Education**, n.32, v. 2, p. 114-130, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0741932510361247>. Acesso em: 24 out. 2024.

SÁEZ, Pedro. 10 propostas para a educação para a paz. **Revista Pátio**, Porto Alegre, n.38. p. 11-13, maio/jun. 2006.

TAKIZAWA, R.; MAUGHAN, B.; ARSENEAULT, L. Adult health outcomes of childhood bullying victimization: Evidence from a five-decade longitudinal British birth cohort. **The American Journal of Psychiatry**, v. 171, n. 7, p. 777–784, 2014. Disponível em: <https://psychiatryonline.org/doi/10.1176/appi.ajp.2014.13101401>. Acesso em: 11 dez. 2024.

TOGNETTA, L. R. P. (org.) **Bullying e convivência em tempos de escolas sem paredes**. Americana: Editora Adonis, 2020. ISBN 978-65-86844-10-8.

TOGNETTA, L. R. P. **Quando a preocupação é compartilhada: intervenções aos casos de bullying**. Americana: Editora Adonis, 2020b. ISBN 978-65-86844-09-2.

TOGNETTA, L. R. P.; VINHA, T. P. Estamos em conflito, eu comigo e com você: uma

reflexão sobre o bullying e suas causas afetivas. *In*: CUNHA, J. L.; DANI, L. S. C. **Escola, conflitos e violências**. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2008. ISBN 9788573911107.

VINHA, T. P. **Ataques de violência extrema em escolas no Brasil: causas e caminhos**. São Paulo: D3e, 2023. Disponível em: https://d3e.com.br/wp-content/uploads/relatorio_2311_ataques-escolas-brasil.pdf. Acesso em: 15 abril 2024.

WHITE, E. G. **Educação**. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 1996.

Apêndice

Etapas para implementação do Grêmio Estudantil

1. Planejamento Inicial

Reunião da Equipe Administrativa, no início do ano letivo, para definição da estrutura administrativa do Grêmio Estudantil e demais aspectos para a sua implementação.

2. Apresentação à Equipe Escolar

- Apresentação do projeto inicial do grêmio à equipe docente e funcionários;
- Convite para participação voluntária aos docentes, do 9º ano do Ensino Fundamental ao Ensino Médio, no apoio e orientação do Grêmio Estudantil;
- Convite para participação voluntária às funcionárias e aos funcionários, sendo definido um(a) representante de cada setor (monitoria, zeladoria) na supervisão do Grêmio Estudantil.

Cada setor, juntamente com seu líder, escolherá um(a) responsável. A Equipe Administrativa, os(as) docentes voluntários(as), os(as) funcionários(as) selecionados e a chapa eleita farão parte do Comitê Estudantil.

3. Apresentação ao Corpo Discente

- Realização de reunião coletiva, no momento da Cultura Geral, para apresentar o projeto do Grêmio Estudantil;
- Explicação sobre o papel dos(as) estudantes representantes e das professoras e dos professores conselheiros do Grêmio Estudantil.

4. Inscrição de candidatos(as) ao Grêmio Estudantil

- Abertura do processo de inscrição para estudantes interessados(as) em representar suas turmas;
- Recebimento das propostas de composição das chapas;

- Análise das propostas das chapas inscritas para aprovação das campanhas;
- Devolutiva às alunas e aos alunos sobre as propostas apresentadas.

5. Campanha para eleição do Grêmio Estudantil

- Os(as) candidatos(as) divulgarão suas propostas para a comunidade escolar;
- Organização de debates ou apresentações para que os estudantes conheçam os(as) candidatos(as).

6. Eleições do Grêmio Estudantil

- Realização da eleição com a participação voluntária de todos(as) os(as) estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio;
- Apuração dos votos e divulgação dos resultados.

7. Posse dos(as) representantes do Grêmio Estudantil

- Cerimônia de posse de membros eleitos;
- Definição de metas e planos para o ano de trabalho do grêmio.

8. Planejamento anual do Grêmio Estudantil

- Primeira reunião oficial do grêmio para traçar o planejamento anual com metas específicas;
- Participação de docentes conselheiros(as) para orientar o plano de atividades.

9. Ações de avaliação (ao longo de cada ano letivo)

- Implementação das atividades planejadas, como eventos, campanhas e projetos. Reuniões mensais entre o Grêmio Estudantil e os(as) docentes conselheiros(as) para avaliar e ajustar as ações conforme necessário.

10. Encerramento do mandato e relatório final (no último mês de cada ano

letivo)

- Reunião final do grêmio para preparar um relatório das ações realizadas;
- Apresentação dos resultados à equipe gestora e disponibilização aos demais estudantes;
- Preparação para a próxima eleição.

11. Especificidades dos processos de formação de chapas

11.1 Dados da chapa

- Grupo de estudantes interessados(as) na formação da chapa.
- Instituição: *Colégio Unasp*
- Nome e identidade da chapa
 - Nome da chapa: *Escolha de um nome que represente os valores e objetivos da equipe (ex.: Chapa União ou Chapa Inovação);*
 - Lema: *Uma frase curta que transmita a essência da proposta (ex.: “Juntos somos mais fortes”);*
 - Logotipo (opcional): Criação de um símbolo que represente a chapa;
 - Propostas de trabalho: Apresentação de ideias e planos para o ano letivo, como:
 - *Educação – Apoiar iniciativas como reforço escolar, palestras e debates;*
 - *Esporte – Organizar campeonatos ou incentivar a prática esportiva;*
 - *Cultura – Realizar eventos culturais, como feiras, concursos ou apresentações;*
 - *Comunidade – Criação de campanhas sociais ou de arrecadação para caridade;*
 - *Infraestrutura – Encaminhamento de demandas estruturais e outras necessidades das alunas e dos alunos à administração do colégio.*

11.2 Composição da chapa: Apresentação dos nomes dos(as) candidatos(as) para cada função, conforme os critérios:

- 3º ano do EM – 40% (3 estudantes);
- 2º ano do EM – 30% (2 estudantes);
- 1º ano do EM – 15% (1 estudante);
- 9º ano do EF2 – 15% (1 estudante).

11.3 Funções dos componentes

Presidente

- Desenvolver, em conjunto com a equipe, um plano de ação para o mandato, incluindo projetos e atividades para a comunidade escolar;
- Convocar e presidir as reuniões, garantindo que todos os membros estejam engajados em suas responsabilidades;
- Ser o porta-voz do grêmio em reuniões e eventos;
- Participar da elaboração e supervisão do cronograma de eventos e iniciativas;
- Manter diálogo constante com os(as) estudantes, ouvindo suas sugestões e reivindicações, e trabalhar para promover um ambiente escolar inclusivo e participativo;
- Aprovar despesas em conjunto com os membros do grêmio, com o acompanhamento do setor financeiro da instituição;
- Participar ativamente da realização de eventos, campanhas, palestras e atividades promovidas pelo grêmio;
- Garantir que os projetos estejam alinhados com os valores e objetivos da escola;
- Estabelecer uma relação positiva entre o grêmio, os estudantes, professores, direção e demais setores da escola.

Vice-presidente

- Colaborar e auxiliar o presidente nas suas funções, garantindo que as metas e projetos do grêmio sejam cumpridos;
- Assumir as responsabilidades do presidente em sua ausência ou impedimentos, mantendo a continuidade das atividades;
- Liderar e supervisionar projetos específicos, assegurando que sejam

executados conforme o planejado;

- Ajudar a resolver conflitos entre membros do grêmio ou entre o grêmio e a comunidade escolar;
- Colaborar na organização de eventos, atividades e reuniões, cuidando de aspectos logísticos e administrativos.

1º secretário(a)

- Auxiliar nas tarefas administrativas, como a elaboração de relatórios, planos de ação e outras documentações necessárias;
- Redigir e manter registros detalhados das atas de reuniões, incluindo decisões tomadas e ações a serem executadas;
- Gerenciar a comunicação interna e externa do Grêmio Estudantil, incluindo o envio de convites, notificações e outros comunicados;
- Coordenar e organizar as agendas de reuniões, eventos e outras atividades do Grêmio Estudantil, garantindo que todos os membros estejam informados e presentes;
- Ser um ponto de contato para estudantes e outros interessados que precisem de informações ou tenham dúvidas sobre o grêmio.

2º secretário(a)

- Assistir o secretário principal em suas responsabilidades, ajudando a manter a organização e a administração eficiente do grêmio;
- Assumir as funções do secretário principal em sua ausência, garantindo a continuidade das atividades administrativas;
- Auxiliar na coordenação e organização dos eventos e atividades do grêmio, cuidando dos aspectos logísticos e administrativos.

Coordenador(a) social

- Organizar e coordenar eventos sociais, culturais e recreativos, garantindo que sejam interessantes e atraiam a participação dos(as) estudantes;
- Ajudar na organização e logística dos eventos, cuidando de detalhes como

- local, material necessário e coordenação de voluntários(as);
- Promover a integração entre estudantes, criando oportunidades para que se conheçam e desenvolvam amizades;
 - Desenvolver e implementar projetos que beneficiem a comunidade escolar e a comunidade local, promovendo o engajamento social;
 - Coletar devolutivas e avaliações dos(as) estudantes sobre os eventos e atividades realizadas, utilizando essas informações para melhorar futuras iniciativas.

Líder espiritual

- Organizar e coordenar eventos sociais que estejam em conformidade com os princípios e valores adventistas, proporcionando entretenimento saudável e educativo para os(as) estudantes;
- Facilitar e liderar grupos de estudo bíblico, incentivando a leitura e compreensão das Escrituras.
- Auxiliar na organização dos eventos espirituais, como Cultura Geral, Semana de Ênfase Espiritual e projetos sociais;
- Envolver os(as) estudantes em projetos de serviço comunitário, reforçando a importância da missão e do serviço aos outros;
- Coordenar os momentos de reflexão espiritual que acontecerão no início das reuniões do Grêmio Estudantil.

Social mídia⁴

- Divulgar informações sobre as ações e atividades do Grêmio Estudantil para a comunidade escolar, respeitando as diretrizes do colégio;
- Desenvolver e implementar campanhas de *marketing* digital para promover eventos, projetos e iniciativas do Grêmio Estudantil;
- Produzir e publicar conteúdo relevante para os(as) estudantes, como cartazes, *posts*, fotos, vídeos e *stories*.

⁴ Aqui serão observadas as restrições do uso de celular na escola conforme disposto na Lei nº 15.100/2025 que busca equilibrar o uso de tecnologias digitais na educação básica. Portanto, as publicações serão realizadas e mediadas somente por um(a) educador(a) da instituição.

11.4 Perfil esperado dos(as) participantes

- Demonstração de interesse genuíno em participar e se comprometer com as atividades e projetos do grêmio;
- Manutenção do desempenho acadêmico satisfatório, cumprindo com as responsabilidades escolares;
- Histórico de conduta disciplinar, respeitando colegas, docentes e demais colaboradores(as) da escola;
- Habilidades de comunicação para interagir de maneira clara e respeitosa com outros(as) estudantes e demais componentes do Grêmio Estudantil;
- Disposição para trabalhar em equipe, colaborando e contribuindo para o sucesso coletivo;
- Disposição para participar de ações e projetos que beneficiem a comunidade escolar.

11.5 Plano de ação

- Cronograma de atividades;
- Indicação das ações previstas para cada bimestre do ano letivo;
- Priorização das atividades acadêmicas, para que não haja prejuízo ao desenvolvimento de nenhum(a) estudante que participe do Grêmio Estudantil;
- Método de avaliação: como os resultados serão medidos (ex.: pesquisas, *feedbacks*).

11.6 Campanha eleitoral

- Estratégias para engajar e divulgar as propostas, como debates, vídeos e cartazes;
- Incentivo ao voto consciente, explicando a importância da participação no Grêmio.

11.7 Conclusão

- Reafirmação do compromisso da chapa em representar os interesses dos estudantes e contribuir para o desenvolvimento da escola;
- Manifestações de agradecimento pela oportunidade de participar do processo democrático.